

30/10/2018**SEGUNDA TURMA****PETIÇÃO 7.734 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S)	: JOÃO SANDES JÚNIOR
ADV.(A/S)	: MICHEL SALIBA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. INQUÉRITO. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO DO PLENO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA QUESTÃO DE ORDEM DA AÇÃO PENAL 937. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS. MANDATOS DISTINTOS EXERCIDOS SEM SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE. ASSUNÇÃO A CARGO PARLAMENTAR VAGO NA CONDIÇÃO DE SUPLENTE. PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar Questão de Ordem suscitada nos autos da AP 937, de relatoria do eminente Ministro Luís Roberto Barroso, decidiu que a competência desta Corte para processar e julgar parlamentares, nos termos do art. 102, I, “b”, da Constituição Federal, restringe-se aos delitos praticados no exercício e em razão da função pública.

2. Em se tratando de mandatos políticos distintos, exercidos sem solução de continuidade, não remanesce a unidade de legislatura dos cargos parlamentares para fins de prorrogação de competência. Ao lado disso, a condição de suplente não confere ao assim nomeado as prerrogativas decorrentes ao regime jurídico constitucional próprio dos congressistas, que decorre da efetiva diplomação e posse no cargo. Precedentes.

3. À míngua das balizas estabelecidas pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, não subsiste a competência de foro no âmbito da Corte, sendo imperativo o declínio de competência do INQ 3.444 para o juízo responsável.

PET 7734 / DF

4. Agravo regimental desprovido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 30 de outubro de 2018.

Ministro **EDSON FACHIN**
Relator

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

PETIÇÃO 7.734

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

REQTE.(S) : JOÃO SANDES JÚNIOR

ADV.(A/S) : MICHEL SALIBA OLIVEIRA (24694/DF, 18719/PR) E OUTRO(A/S)

REQDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Indicado adiamento pelo Ministro Presidente. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. **2ª Turma**, 25.9.2018.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Juliano Baiocchi.

Marcelo Pimentel
Secretário

02/10/2018

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.734 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S)	: JOÃO SANDES JÚNIOR
ADV.(A/S)	: MICHEL SALIBA OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): Trata-se de agravo regimental (fls. 8-10) interposto por João Sandes Júnior contra decisão proferida nos autos do INQ 3.444, por meio da qual se declinou da competência para o processamento e julgamento do referido caderno inquisitório (fls. 5-7), com a consequente devolução do feito para a 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás/GO.

Sustenta o agravante, em síntese, ser necessária a manutenção da competência do Supremo Tribunal Federal, pela aplicação de solução idêntica à emprestada ao julgamento da Questão de Ordem no INQ 4.118, segundo a qual *“a Colenda Segunda Turma firmou sua competência para processar e julgar os crimes imputados aos parlamentares eleitos e que tenham sido praticados em uma legislatura anterior”* (fl. 10).

Assinala, na sequência, que *“foi efetivamente eleito ao cargo de Deputado Federal nas eleições de 2006 e também nas eleições de 2010”, e “tão somente nas eleições de 2014”, “foi eleito na condição de primeiro suplente de Deputado Federal”,* condição pela qual logrou a titularidade de mandato parlamentar na atual legislatura (fl. 10).

Requer, desse modo, a reconsideração da decisão agravada ou a sua submissão a julgamento perante o Órgão Colegiado, para que *“se reconheça a competência desta Suprema Corte para processar e julgar o presente inquérito”* (fl. 10).

Instada a apresentar contrarrazões, a Procuradoria-Geral da República frisa a imperfectibilidade das *“condições balizadas para a manutenção da investigação sob a supervisão do Supremo Tribunal Federal”* (fl.

PET 7734 / DF

26), para, então, postular o desprovimento do agravo regimental.
É o relatório.

02/10/2018

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.734 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR): 1. Conforme antes relatado, o agravo regimental foi interposto contra decisão prolatada nos autos do INQ 3.444, insurgindo-se o agravante João Sandes Júnior contra a decisão que reconheceu, por causa superveniente, a incompetência deste Supremo Tribunal Federal para o processamento do caderno de investigação, com a devolução do feito para a 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás/GO.

Princípio consignando que as restrições quanto ao processamento de pessoas detentoras de foro por prerrogativa de função, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, representou evidente avanço jurisprudencial de entendimento já consolidado nesta Corte que, todavia, até então, alcançava somente os investigados e imputados criminalmente não detentores daquela condição especial.

A propósito, a orientação deste Tribunal é assente “no sentido de que as normas constitucionais sobre prerrogativa de foro devem ser interpretadas restritivamente, o que determina o desmembramento do processo criminal sempre que possível, mantendo-se sob a jurisdição especial, em regra e segundo as circunstâncias de cada caso, apenas o que envolva autoridades indicadas na Constituição” (AP 871 QO/PR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, Dje 30.10.2014).

Decorre, portanto, da regra que impõe o desmembramento dos inquéritos e das ações penais, a natureza excepcional da atração da competência originária, admitida apenas quando se verifique, da separação quanto aqueles que não ostentem a prerrogativa de foro, potencialidade de causar prejuízo relevante, aferível em cada caso concreto.

Nessa sedimentada ambiência, adveio a manifestação do Plenário da Corte na Questão de Ordem da AP 937 (Rel. Min. ROBERTO BARROSO,

PET 7734 / DF

julgamento em 3.5.2018), no sentido de delimitar-se o alcance da prerrogativa de foro, para aqueles que a detém, à imputação de crimes cometidos no cargo e em razão do cargo daquele acusado penalmente. Tal compreensão, como antes salientado, reforça e convalida a natureza excepcional da competência penal originária concebida constitucionalmente ao Supremo Tribunal Federal.

De acordo com as razões de decidir desse julgado paradigma, a exigência da concomitância dos sobreditos requisitos - prática do crime no tempo do exercício do cargo e em razão da função ocupada -, para a configuração da competência originária desta Suprema Corte, elide a desfuncionalidade do sistema e a ineficiência da justiça criminal, decorrente do amplo alcance da prerrogativa de foro se o único aspecto considerado fosse a diplomação da autoridade para quaisquer dos cargos nomeados pela Constituição (art. 102, I), enfatizando, ademais, que a prerrogativa de função não equivale a privilégio pessoal, mas condiz unicamente com a proteção funcional.

A despeito desse pronunciamento restritivo, passível de ser aplicado de imediato, assentou-se a possibilidade de perpetuação da jurisdição, nos casos em que a ocupação do cargo cessar, independente da motivação, após o término da instrução processual, ou seja, com a publicação do despacho de intimação das partes para as alegações finais, marco temporal a partir do qual a competência não mais sofrerá alteração.

À luz dessas balizas, ausente qualquer causa de prorrogação da competência, não há como apontar incorreção na decisão que aplicou o entendimento do Pleno, com determinação de imediato envio para o juízo destinatário, sendo, na espécie, a 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás/GO, sob os seguintes fundamentos:

“(…)

1. Neste inquérito apura-se o envolvimento de João Sandes Júnior em delitos previstos no art. 317, art. 319 e art. 321, todos do Código Penal, praticados, em tese, no contexto de organização criminosa voltada a auferir lucros de jogos de azar,

PET 7734 / DF

liderada por Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira.

Decorrem os autos da decisão de cisão do INQ. 3.430, proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski (cópia às fls. 357-360), meu antecessor na relatoria, ocasião na qual se formaram novos procedimentos sob a supervisão desta Suprema Corte, destinados a investigar a implicação dos então Deputados Federais Carlos Alberto Leréia da Silva, João Sandes Júnior e Stepan Nercessian nos fatos noticiados, tendo sido registrados sob os ns. 3.443, 3.444 e 3.445.

Recebi o persecutório em testilha por substituição, nos termos do art. 38 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (certidão de fl. 428, lavrada em 16.6.2015).

Inicialmente, assinalando possível teor cifrado das conversas entre João Sandes Júnior e Carlinhos Cachoeira, a Procuradoria-Geral da República, pleiteou 'o retorno dos autos ao Departamento de Polícia Federal para que o Instituto Nacional de Criminalística - especialmente com a verificação de outras investigações correlatas, tal como Inquérito n. 3.430, que investigou a vinculação de Demóstenes Torres com Carlinhos Cachoeira e do qual resultou desmembrado o presente feito - apure, nos diversos diálogos degravados, a eventual utilização, pelos interlocutores, de códigos, na tentativa de despistar a prática dos ilícitos ora investigados e, por conseguinte, esclareça a que se referiam, a fim de se verificar a pertinência com o objeto da presente investigação' (fl. 426).

Após o deferimento do pleito e a baixa dos autos, a Polícia Federal afirmou a impossibilidade de proceder-se a tal exame, razão pela qual foram propostas outras diligências pelo parquet, discriminadas às fls. 474-475.

No curso dessas apurações, foi disponibilizado, pelo Senado Federal, o hiperlink no qual estão coligidos os documentos pertinentes à CPMI Vegas e Monte Carlo, bem como inquiridas pessoas envolvidas nos ilícitos noticiados (fls. 400-404 e 528). Diante de tais elementos, o órgão ministerial pediu a oitiva de Carlos Augusto de Almeida Ramos (fls. 535-

PET 7734 / DF

537).

Com vista, em 17.8.2017, o então Procurador-Geral da República, trazendo a informação extraída da rede mundial de computadores de que o investigado retornou à condição de suplente em 12.11.2016, manifestou pelo envio dos autos à Seção Judiciária do Estado de Goiás/GO para adoção das medidas cabíveis (fls. 584-585).

Examinando o pleito ministerial, determinei a imediata baixa deste persecutório para as providências cabíveis (fls. 587-589).

No lapso de permanência em primeira instância, delimitou-se que apenas a persecução dos crimes de corrupção passiva permanece hígida, pois os demais já estariam fulminados pela prescrição. Após, foram encartados os documentos às fls. 617-662.

Diante da informação de que o investigado João Sandes Júnior assumiu a vaga do Deputado Alexandre Baldy, o Juízo da 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás/GO, em 9.4.2018, determinou a remessa deste inquérito ao Supremo Tribunal Federal (fl. 669).

Vieram os autos conclusos em 5.6.2018.

2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar Questão de Ordem suscitada nos autos da AP 937, de relatoria do eminente Ministro Luís Roberto Barroso, decidiu que a competência desta Corte para processar e julgar parlamentares, nos termos do art. 102, I, b, da Constituição Federal, restringe-se aos delitos praticados no exercício e em razão da função pública, nos termos da seguinte certidão de julgamento exarada em 3.5.2018:

‘Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, resolveu questão de ordem no sentido de fixar as seguintes teses: (i) O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) Após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação

PET 7734 / DF

para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo, com o entendimento de que esta nova linha interpretativa deve se aplicar imediatamente aos processos em curso, com a ressalva de todos os atos praticados e decisões proferidas pelo STF e pelos demais juízos com base na jurisprudência anterior, conforme precedente firmado na Questão de Ordem no Inquérito 687 (Rel. Min. Sydney Sanches, j. 25.08.1999); (...)'.

No caso em tela, os fatos atribuídos, em tese, ao Deputado Federal João Sandes Júnior ocorreram em meados do ano de 2009, sendo portanto inteiramente alheios ao exercício de seu mandato atual, decorrente da assunção da vaga do parlamentar Alexandre Baldy.

Assim, tem-se cenário no qual não se perfaz um dos requisitos de fixação da competência deste Supremo Tribunal Federal para processo e julgamento de parlamentares, circunstância que evidencia a inexistência de motivo apto a justificar o prosseguimento desta causa penal no âmbito restrito desta jurisdição especial.

3. À luz do exposto, com fundamento no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no art. 109 do Código de Processo Penal, reconheço, por causa superveniente, a incompetência deste Supremo Tribunal Federal, determinando a devolução deste inquérito ao Juízo da 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás/GO, a quem se recomenda celeridade no feito”.

Ao contrário do que pretende a defesa, não exsurge motivo sobressalente a justificar a continuidade da competência perante esta Suprema Corte, tampouco o caso equivale àquele de unidade de legislatura, em que os diferentes mandatos, desde que exercidos em ordem sequencial e ininterrupta, são considerados em única perspectiva para fins de prorrogação de competência.

PET 7734 / DF

Com efeito, com a assunção do agravante à condição de suplente, interrompe-se necessariamente a sequência contínua de mandatos políticos até então exercidos pelo hoje Deputado Federal, cuja atualidade do cargo não coexistia ao tempo da hipotética prática delitiva.

Desse modo, em se tratando de mandatos políticos distintos, exercidos, repiso, sem solução de continuidade, não remanesce a unidade de legislatura dos cargos parlamentares para fins de prorrogação de competência.

Evidentemente que, quando ascende à titularidade do cargo de parlamentar, o designado como substituto à época eleitoral passa a exercê-lo, para todos os ulteriores efeitos, como se eleito fosse, momento a partir do qual usufrui das prerrogativas do mandato. Em contrapartida, antes da diplomação, ao suplente não estão asseguradas as proteções constitucionais direcionadas não à pessoa, mas, sim, ao cargo vago que logra ocupar.

Para tanto, cumpre consignar a compreensão desta Corte Suprema no sentido de que a condição de suplente não confere as prerrogativas decorrentes ao regime jurídico constitucional próprio dos congressistas, as quais decorrem da efetiva diplomação e posse no cargo. Colho o seguinte excerto dos debates no INQ 2.453:

“O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, penso que o agravante confunde a figura do senador suplente com a do suplente de senador. No caso do suplente, ele detém a potencialidade de vir realmente a exercer o mandato, afastando-se o titular. E as norma que definem a competência do Supremo são de direito estrito. Não é o suplente de senador, enquanto apenas suplente, guardando a potencialidade, membro do Congresso Nacional.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Vossa Excelência me permite? Gostei muito do jogo de palavras que Vossa Excelência fez. Colocou muito bem, com grande poder didático. Realmente, cuida-se de uma competência não compartilhada – não compartilham o titular e o suplente. O princípio aqui dominante é o da atualidade do exercício. Decaiu do exercício,

PET 7734 / DF

decaiu da prerrogativa, conforme Vossa Excelência, num belo jogo de palavras, bem demonstrou” (g.n.) (Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJE de 28.6.2007) .

Nessa ordem de ideias, não tenho como possível se reconhecer qualquer unidade entre o mandato exercido pelo agravante, à época dos fatos, com o que ocupa atualmente pela assunção na vaga do parlamentar Alexandre Baldy.

Logo, é correto afirmar que houve a quebra da necessária e indispensável continuidade do exercício do mandato político, ultimando a derradeira possibilidade de o agravante ter reconhecida a prerrogativa de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Insisto, na espécie, apesar de deter, na atualidade, cargo eletivo, tal função pública não alcança a solução de continuidade com os cargos para os quais foi eleito em legislaturas passadas, contemporâneas, por conseguinte, aos fatos a si imputados. Não há a versada continuidade de legislatura que autoriza seu processamento e julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

Não fosse isso, os fatos apurados nestes autos estão correlacionados à exploração de jogos de azar por organização criminosa capitaneada por “*Carlinhos Cachoeira*”, cujo pretexto infracional não se vincula diretamente ao exercício das funções atribuídas ao congressista.

Elucidativo, nessa direção, o consignado pela Procuradoria-Geral da República, quando aduz que “*os supostos fatos ilícitos investigados foram praticados, em tese, por João Sandes Júnior em meados de 2009, sendo portanto manifestamente apartadas do exercício do seu mandato de parlamentar, decorrente da assunção da Vaga do Deputado Alexandre Baldy*”, inexistindo “qualquer conexão entre o mandato parlamentar exercido à época dos fatos pelo investigado com o seu atual” (fl. 26).

Com essas razões, reafirmo a incompetência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar o INQ 3.444, com o retorno do inquérito criminal ao Juízo da 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás/GO.

2. Ante o exposto, **nego provimento** ao agravo regimental.

É o voto.

PET 7734 / DF

02/10/2018

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.734 DISTRITO FEDERAL

VISTA

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Se a Ministra Cármen Lúcia me deferisse a eventual precedência - eu tenho um caso que já pedi vista, acho que o Ministro Fachin também -, eu pediria vista.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Vossa Excelência espera?

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Espero.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR) - Acho que se o Ministro Gilmar também assim entendesse, a outra hipótese cuida-se de realidade similar, Senhor Presidente, é essa PET 7.734; também estou desprovendo o agravo. Como não há sustentação, já estou indo direto para esse resultado.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Eu acredito que isso é tema interessante, até porque, como eu estava dizendo, defronto-me quase que semanalmente com essas questões, o declínio de competência, em se tratando de pessoas que supostamente têm uma prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal, comportam alguns aspectos subjetivos.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Eu acho que tem algumas questões aqui que precisam ser consideradas: primeiro, acho que eu tenho um caso em que se discute, por exemplo, a possibilidade de encerramento da investigação no âmbito do próprio Supremo Tribunal Federal. Embora se possa dizer "Não, mas a decisão, a esta altura, nós já não somos competentes", só que o éramos até ontem, e, portanto, isto é construto que está *infiere*, vamos dizer assim.

Eu mesmo tenho um caso - já falei isto em Plenário - uma investigação em relação ao senador Lindberg Farias, quando era prefeito de Nova Iguaçu; mais de 12 anos, portanto. Agora se pede que devolvam os autos para as instâncias ordinárias, porque sabia que ele era..., os fatos ocorreram quando prefeito.

De fato, gera-se um *non liqueti*, aqui, quando muito provavelmente a

PET 7734 / DF

expectativa era no sentido já de uma definição.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - Até porque, em determinados casos, poderíamos, de ofício, conceder um *habeas corpus* para trancar a ação penal.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Por isso que me parece que, a despeito da decisão - e eu entendo aquela decisão é quase tomada por um quadro de estado de necessidade, diante da avalanche de processos no âmbito do Supremo Tribunal Federal -, mas, a mim, parece-me que temos que fazer aqui talvez - e acho que até a Segunda Turma já vem fazendo - um tipo de regra de transição, de modo que esses inquéritos sejam examinados; e aqueles que puderem ser encerrados aqui, sejam ainda aqui encerrados.

Eu trouxe vários casos inclusive em função do alongamento da investigação sem nenhuma perspectiva. E, em alguns casos, inclusive, a própria polícia pede o encerramento e diz que a investigação já não tem futuro, eu tenho me manifestado nesse sentido.

De modo que vou pedir vista, fico com vista dos dois.

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR) - Eu acho importante inclusive a vista do eminente Ministro Gilmar, neste segundo caso, Senhor Presidente, que o Ministro Gilmar também acaba de pedir, 7.734, porque aqui envolve um tema conexo, mas uma situação que diz respeito a um suplente que assumiu a vaga de parlamentar.

Eu acredito que esse *discrímen*, aos poucos, vai trazendo luzes e, portanto, eu, embora já tenha proferido em ambos o julgamento, acho importante o pedido de vista, porque assim essas circunstâncias acabam sendo mais nítidas para deliberação do Colegiado; e a troca de ideias e o debate sempre é importante para esgrimir o fato e trazer a normativa a esse fato.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (PRESIDENTE) - E fazer com que a prestação jurisdicional fique cada vez mais sólida.

Eu também nunca tive nenhuma restrição a que se peça vista, sinto-me até confortável em que alguém peça vista.

PET 7734 / DF

Eu até, nesses casos, Ministro Fachin, eu até admitiria que, de plano, remetesse os autos à instância competente no caso de urgência, perecimento de uma prova ou a ocorrência iminente de prescrição. Mas, em princípio, eu sinceramente - sem querer adiantar meu voto - eu aguardaria o prazo exíguo da interposição de agravo para que pudéssemos examinar melhor. Mas acho que está em boas mãos.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Presidente, eu vou pedir vista dos dois casos.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

PETIÇÃO 7.734

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

REQTE.(S) : JOÃO SANDES JÚNIOR

ADV.(A/S) : MICHEL SALIBA OLIVEIRA (24694/DF, 18719/PR) E OUTRO(A/S)

REQDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Indicado adiamento pelo Ministro Presidente. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. **2ª Turma**, 25.9.2018.

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que negava provimento ao agravo regimental, pediu vista antecipada o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. **2ª Turma**, 2.10.2018.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Carlos Vilhena.

Marcelo Pimentel
Secretário

30/10/2018

SEGUNDA TURMA

PETIÇÃO 7.734 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: Trata-se de agravo regimental interposto pelo Deputado Federal JOÃO SANDES JÚNIOR, em face de decisão monocrática prolatada pelo Min. Edson Fachin no INQ 3.444, por meio da qual declinou-se a competência para o processamento do feito.

Solicitei vista dos autos para melhor análise da matéria e entendo ser, realmente, caso de aplicação do precedente estabelecido na Questão de Ordem na Ação Penal 937.

De fato, o STF alterou entendimento anterior e passou a compreender que a prerrogativa de foro dos parlamentares federais é limitada aos crimes cometidos durante o exercício do mandato e relacionados às funções desempenhadas (AP-QO 937, Rel. Min. Roberto Barroso, julgada em 3.5.2018).

Deliberou-se que esta nova linha interpretativa deve-se aplicar imediatamente aos processos em curso, com a ressalva de todos os atos praticados e decisões proferidas pelo STF e pelos demais juízos com base na jurisprudência anterior.

Durante o julgamento, o Tribunal não aprofundou o conceito de delitos cometidos “durante o exercício do cargo” e “relacionados à função desempenhada”, muito embora tenha ocorrido alguma discussão sobre o tema (MARCHIONATTI, Daniel. *Processo Penal Contra Autoridades: Foro privilegiado, inviolabilidades, investigação e ação penal*. p. 54. no prelo).

Apesar disso, é possível concluir que se trata de crimes cometidos no curso do ofício parlamentar e ligados às funções desempenhadas por um nexo de finalidade (MARCHIONATTI, Daniel. *Processo Penal Contra Autoridades: Foro privilegiado, inviolabilidades, investigação e ação penal*. p. 53. no prelo).

O caso em questão apura possíveis crimes previstos nos arts. 317, 319 e 321, todos do Código Penal, praticados, em tese, no contexto de

PET 7734 / DF

organização criminosa voltada a auferir lucros de jogos de azar, liderada por Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira.

Em se tratando de crimes funcionais imputados a Deputado Federal em razão do mandato (*propter officium*), entendo ter sido preenchido o primeiro requisito estabelecido por esta Suprema Corte.

Não obstante, os fatos remontam ao período de 2008 a 2011, ou seja, ocorreram em mandatos anteriores ao atualmente exercido pelo recorrente.

Além disso, não restou demonstrada a alegada unidade de legislatura capaz de instaurar o debate sobre a observância do requisito *in officio* – prática de crime no exercício do mandato ou após a diplomação –.

Isso porque o recorrente foi eleito na condição de primeiro suplente de Deputado Federal no pleito de 2014.

Nessa condição, exerceu, de forma transitória, as funções parlamentares em 4.02.2015 a 18.10.2015, 26.10.2015 a 08.04.2016, 25.05.2016 a 11.06.2016, 14.07.2016 a 12.11.2016 e 22.11.2017 até a data atual, haja vista a nomeação do Deputado Federal Alexandre Baldy, titular do mandato, para o cargo de Ministro das Cidades.

Desta feita, considerando que a prerrogativa de foro e demais garantias do estatuto dos congressistas somente se aplicam aos suplentes enquanto estiverem no exercício da função parlamentar, uma vez que não se trata de privilégio *intuitu personae*, mas sim de competência determinada em razão do interesse público para o bom exercício das funções parlamentares (Rcl 473 primeira, Relator(a): Min. VICTOR NUNES, Tribunal Pleno, julgado em 31/01/196; Inq 2421 AgR, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2008), entendo que a eleição como suplente e posterior exercício das funções parlamentares por períodos intercorrentes de tempo não configura a pretendida unidade de legislatura que poderia dar margem à discussão quanto à manutenção da competência desta Corte.

Por esses fundamentos, voto pelo não provimento do agravo

PET 7734 / DF

regimental.

É como voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

PETIÇÃO 7.734

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

REQTE.(S) : JOÃO SANDES JÚNIOR

ADV.(A/S) : MICHEL SALIBA OLIVEIRA (24694/DF, 18719/PR) E OUTRO(A/S)

REQDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Indicado adiamento pelo Ministro Presidente. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. **2ª Turma**, 25.9.2018.

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que negava provimento ao agravo regimental, pediu vista antecipada o Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. **2ª Turma**, 2.10.2018.

Decisão: A Turma, por votação unânime, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. **2ª Turma**, 30.10.2018.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Carlos Vilhena.

Marcelo Pimentel
Secretário